



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**JOSEFA MAIARA DA SILVA**

**A PRÁTICA DE ESTÁGIO COMO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO OS: DESAFIOS NO  
COTIDIANO ESCOLAR COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO**

**CAMPINA GRANDE - PB  
AGOSTO/2018**

**JOSEFA MAIARA DA SILVA**

**A PRÁTICA DE ESTÁGIO COMO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO: OS DESAFIOS NO  
COTIDIANO ESCOLAR COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Graduação em Licenciatura Plena em  
Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba,  
em cumprimento à exigência para obtenção do  
grau de Licenciada em Pedagogia.

**ORIENTADORA:** Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno

**CAMPINA GRANDE - PB  
AGOSTO/2018**


É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586p Silva, Josefa Maiara da.  
A Prática de estágio como campo de investigação [manuscrito] : os desafios no cotidiano escolar como espaço de inclusão / Josefa Maiara da Silva. - 2018.  
47 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.  
"Orientação : Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno, Departamento de Educação - CEDUC."  
1. Inclusão escolar. 2. Estágio docente. 3. Educação - infantil pública. 4. Diversidade cultural. I. Título  
21. ed. CDD 370.71

JOSEFA MAIARA DA SILVA

A PRÁTICA DE ESTÁGIO COMO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO: OS DESAFIOS NO  
COTIDIANO ESCOLAR COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO

Aprovada em 20/08/2018.

  
\_\_\_\_\_  
Profª. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno - Orientadora/UEPB

  
\_\_\_\_\_  
Profª. Dra. Soraya Maria B. de Almeida Brandão - Examinadora/UEPB

  
\_\_\_\_\_  
Profª. Dra. Glória Maria Leitão de S. Melo - Examinadora/UEPB

A minha mãe Vanda, pela dedicação,  
companheirismo e amizade, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe pela preocupação e incentivo para com meus estudos.

À minha família pelo apoio e, principalmente, a minha Tia Isabel pelo incentivo diário e compreensão pelas luzes acesas durante várias e longas noites de estudos.

Às minhas amigas Joseane Gomes e Renata Medeiros pelo companheirismo e auxílio mútuo nas discussões e reflexões sobre as teorias e a realidade.

Ao meu noivo Braga pelo apoio e respeito aos meus muitos momentos de dedicação à universidade.

À Professora Cristiane Nepomuceno pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

À Professora Glória M<sup>a</sup> Leitão pela supervisão no componente curricular Estágio Supervisionado IV e discussões em Educação Infantil II. Muito aprendi.

Aos(as) professores(as) do Curso de Pedagogia da UEPB, pela contribuição ao meu crescimento intelectual ao longo de quatro anos, por meio das disciplinas e debates, fundamentais para a minha formação.

“À criança deve ser permitido fazer e refazer, errar, participar e opinar junto com os adultos, em interação com eles e com outras crianças.”

(LEITÃO, BRANDÃO, MOTA, 2009)

## RESUMO

Este trabalho monográfico apresenta os resultados de um estudo de caso desenvolvido na rede pública de ensino do município de Campina Grande, na etapa da Educação Infantil, objetivando verificar se o trabalho que vem sendo desenvolvido atende as demandas e orientações contidas nos documentos nas diretrizes e orientações específicas relacionadas às temáticas da proposta de educação para a diversidade e a inclusão. O interesse desse estudo surgiu da junção dos componentes de Estágio Supervisionado na Educação Infantil, e de Educação Diversidade e Inclusão social. A pesquisa foi realizada numa instituição da rede pública de Campina Grande-PB, com início em 13 de fevereiro de 2017 e término em 17 de abril do mesmo ano. As análises apresentadas neste estudo, estão respaldadas em documentos e diretrizes nacionais, a exemplo da LDB (1996), das DCNEI (2009), e da Declaração de Salamanca (1994). Estudos realizados por Candau (2008), Santos (2008), Mantoan (2008), Figueiredo (2008), dentre outros, também deram sustentação às nossas discussões. Esta investigação classifica-se como estudo de caso e contou com as estratégias da observação naturalista e entrevista com as professoras. Dentre as inúmeras “descobertas”, em linhas gerais, podemos dizer que o(a) professor(a) não pode deixar de lado as diretrizes e documento próprios da educação para seguir orientações do senso comum ou da religião que pratica, este tipo de educação cabe a outra instituição, a família. Entretanto, o que observamos foi o predomínio das concepções religiosa e pessoal dominando a prática profissional. Quando a ação se dar separada das diretrizes e orientações específicas da temática da diversidade afasta-se de uma educação efetivamente inclusiva, pois continua permitindo situações de exclusão e discriminação.

**Palavras-chave:** Inclusão Escolar. Estágio Docente. Educação Infantil Pública. Diversidade Cultural.



## ABSTRACT

This monographic work presents the results of a case study developed in the public school system of Campina Grande, in the stage of Early Childhood Education, aiming to verify if the work that has been developed meets the demands and guidelines contained in the documents in the guidelines and specific guidelines related to the themes of the education proposal for diversity and inclusion. The interest of this study came from the combination of the components of Supervised Internship in Early Childhood Education and Education Diversity and Social Inclusion. The research was carried out in an institution of the public network of Campina Grande - PB, beginning on February 13, 2017 and ending on April 17 of the same year. The analyzes presented in this study are supported by national documents and guidelines, such as the LDB (1996), the DCNEI (2009), and the Salamanca Declaration (1994). Studies carried out by Candau (2008), Santos (2008), Mantoan (2008), Figueiredo (2008), among others, also supported our discussions. This investigation is classified as a case study and counted on the strategies of naturalistic observation and interview with the teachers. Among the many "discoveries", in general terms, we can say that the teacher can not leave aside the directives and document proper to education to follow common sense or religion practices, this type of education it is up to another institution, the family. However, what we observed was the predominance of religious and personal conceptions dominating professional practice. When the action is separated from the specific guidelines and orientations of the diversity theme, it departs from an effectively inclusive education, as it continues to allow situations of exclusion and discrimination.

Keywords: School inclusion. Teaching Internship. Public Infantile Education. Cultural diversity.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIRETRIZES, POSSIBILIDADES E DESAFIOS.....</b>	<b>12</b>
2.1- Educação para a Diversidade e a Inclusão como um “Direito de Todos”....	15
2.2- Conceitos, Fundamentos e Princípios da Educação e da Escola Inclusiva..	16
<b>3. A PRÁTICA DE ESTÁGIO COMO CAMPO DE PESQUISA: OS DESAFIOS NO COTIDIANO DA PRÉ-ESCOLA COMO ESPAÇO DE ENSINAR E APRENDER A INCLUIR.....</b>	<b>20</b>
3.1- A prática de estágio como campo de pesquisa: o trajeto da busca.....	20
3.2- A Pré-Escola objeto de pesquisa.....	22
3.3- A Pré-Escola e a sala de aula: ambiente para todos(as).....	25
3.4- Professoras em cena: sobre suas práticas pedagógicas, os conteúdos e significados.....	28
<b>4. DIANTE DO VISTO E DO ESCUTADO, O QUE DIZER: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>36</b>
<b>APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PROFESSORA..</b>	<b>40</b>
<b>ANEXO I- PLANO DE CURSO DIVERSIDADE, INCLUSÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>42</b>

## I-INTRODUÇÃO

Um dos principais debates dos últimos anos no campo educacional trata das mudanças necessárias à implementação de um projeto de educação capaz de colaborar, efetivamente – com a inclusão das diferenças no espaço escolar a partir do reconhecimento e valorização diversidades a fim de promover a igualdade de direitos, o combate ao racismo, o preconceito, a discriminação e a intolerância. Nesse sentido, pensar a escola atual tal como conhecemos e o modelo de educação escolar torna-se imprescindível.

As temáticas relacionadas à diversidade, em atendimento as determinações legais, constituem conteúdo integrante do currículo da educação brasileira em todas as suas etapas/níveis, abrangendo inclusive os currículos dos cursos de formação docente. Atendendo a estas determinações, desde o ano de 2009, no currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, passou a constar um componente curricular denominado: Diversidade, Inclusão Social e Educação<sup>1</sup>.

Esse componente, como consta no ementário do curso, objetiva apresentar noções básicas acerca das diferenças culturais, conhecer documentos nacionais e internacionais (leis, resoluções, declarações, *convensões* e diretrizes) que orientam o projeto de educação cidadã a fim de nos instrumentalizar-se e posicionar-se contra qualquer forma de discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de gênero, de sexualidade, de etnia, de raça, anatômicas, intergeracionais ou de outras características individuais e sociais (cf. plano curso Profa. Cristiane Nepomuceno, Anexo 1).

O referido componente, até a reforma na estrutura curricular do curso em 2016, era ofertado no 6º período (turno diurno) em conjunto com o componente de Estágio Supervisionado IV - Educação Infantil (intervenção). Foi da junção desses dois componentes curriculares que surgiu a ideia desse trabalho acadêmico: estudar a temática da diversidade no contexto da Educação Infantil.

---

<sup>1</sup> Este componente passou a ser denominado: “Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão Social” com a reforma curricular ocorrida após a promulgação da RESOLUÇÃO Nº 2, de 1º de julho de 2015, que (re)definiu as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”. Esta Resolução tornou obrigatório na formação docente os conteúdos relacionados a Diversidade, Direitos Humanos, Ética e Cidadania.

Com base nos estudos, discussões em sala de aula e as orientações recebidas das professoras responsáveis pelos dois componentes curriculares, a saber: Profa. Dra. Cristiane Nepomuceno – Diversidade; Profa. Dra. Glória Leitão de Souza Melo – Estágio Educação Infantil, partimos para o campo de estágio. Compreendendo que as diferenças que as crianças apresentam desde cedo (gênero, sexo, cor, etnia, temperamento, atitudes, credo religioso, habilidades, as de condição socioeconômica, dentre outras) irão se “encontrar” no espaço do convívio escolar, este deve ser lugar de desenvolvimento de ações que criem situações de aprendizagem voltadas ao reconhecimento dessas diversidades e a compreensão do porquê das diferenças.

Nesse sentido, surgiu a ideia de verificar se o trabalho que vem sendo desenvolvido na Pré-escola da rede pública de ensino do município de Campina Grande, atende as demandas e orientações contidas nos documentos nas diretrizes e orientações específicas relacionado às temáticas da diversidade - sendo esse o objetivo geral desse Trabalho de Conclusão de Curso.

Assim, além de observar as práticas pedagógicas desenvolvidas na creche para planejar a intervenção (prática do estágio), também passamos a observar se essas práticas contribuíam para eliminar situações de discriminação e de exclusão presentes no contexto escolar. O que nos permitiria avaliar se as vivências, as relações e as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras eram orientadas para valorização das diferentes raças, pessoas com deficiências e tratavam meninos e meninas em posição de igualdade resultando em construção de identidades, percepções e sentidos diferenciados do outro. E se já existindo algum o trabalho desenvolvido na creche-escola voltado à temática das diversidades, este contribuía para a compreensão do porquê das diferenças humanas e para o desenvolvimento de uma cultura de reconhecimento, respeito às diferenças ajudando a prevenir e erradicar atitudes e práticas de preconceito, racismo e a discriminação.

Essa busca por respostas se daria a partir da observação das situações cotidianas na instituição, desde o olhar para o espaço físico, os recursos e material didáticos disponíveis e utilizados, a forma como as diferenças apresentadas pelas crianças eram tratadas, da acolhida, as brincadeiras e outras práticas/relações.

Portanto, em relação a problemática que estimulou a investigação, a pesquisa pode ser classificada como um Estudo de Caso para “sondagem e/ou inventáriodiagnóstico”, fundamentado por pesquisa bibliográfica e documental - que forneceram os instrumentos para orientar a busca e o olhar para a realidade observada.

Para subsidiar nossa pesquisa foram lidos vários estudiosos(as), dentre esses(as): Mantoan (2008), Cardoso (2014), Santos (2008) e outros (as), além de documentos nacionais e internacionais que serviram de apoio para estudar a questão da diversidade e da proposta de inclusão.

A escolha do campo de estágio como o espaço para a realização do estudo encontra respaldo nas concepções de vários estudiosos da metodologia da pesquisa, dentre eles Pedro Demo (2008) para quem o espaço da sala de aula é um bom espaço de pesquisa a medida que este permite envolvimento (científico) com o objeto estudado, maior concentração nos aspectos que se deseja conhecer não se distraindo com questões menores. É um tipo de pesquisa prática, uma forma de testar a realidade concreta, uma “(...) forma de tratamento e manipulação da realidade” (DEMO, 2008, p. 40).

O presente trabalho monográfico está estruturado em duas partes, uma delas voltada para discussão teórica e documental sobre a proposta de educação para a diversidade e a inclusão e os conceitos fundamentais, os princípios e as diretrizes voltadas para a educação e a escola inclusiva na etapa da Educação Infantil. A ideia era apresentar as possibilidades e os desafios de implementar esse projeto de educação, reconhecendo-a como um “direito de todos(as)”. A segunda parte trata da apresentação dos resultados obtidos na observação durante a prática de estágio (como campo de pesquisa): o espaço da creche, personagens, a sala de aula, as professoras e suas práticas pedagógicas, os conteúdos e significados.

Esperamos que esse trabalho contribua para que todas as pessoas envolvidas com a educação possam compreender a importância de investir em um projeto de educação para o reconhecimento das diversidades em todos os níveis educacionais. Apenas um projeto de educação que considere as diferenças e o seus porquês poderá promover a transformação de concepções e valores geradores de preconceitos, racismos, discriminações e intolerância e, por conseguinte, o desenvolvimento de uma cultura de paz.

## II - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIRETRIZES, POSSIBILIDADES E DESAFIOS

A década de 1990 representa um marco histórico para a educação brasileira, e nesse período, em atendimento as demandas internacionais, tem início o processo de reforma na educação brasileira. Estas mudanças, ainda em processo de consolidação, promoveram significativas transformações, da estrutura organizativa (níveis e modalidades do ensino) as mudanças nos fundamentos, princípios e orientações pedagógicas (currículo/conteúdos, metodologias, práticas, relações).

Desde então, demandas na educação que eram inexistentes tornaram-se questões essenciais a serem debatidas: direito a igualdade e a diferença, o respeito a diversidade cultural, incidindo numa proposta de educação capaz de tornar nossas escolas espaços de incluir todos(as) as pessoas exitosamente, independente de suas condição física/fisiológica/mental (distúrbios e deficiências na estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica) e suas pertenças de cor, raça, origem, credo, condição socioeconômica, gênero e sexo.

Mas, como tornar as diferenças em igualdade de direitos na escola?

Como no dizer de Vera Maria Candau (2007), se faz necessário “reinventar a escola”. Iniciar reconhecendo que somos uma sociedade multicultural, razão pela qual qualquer proposta pedagógica deverá ser orientada para a valorização da diversidade cultural e atentar paraas diferenças. Consolidar um projeto de escola/educação comprometidas com o combate a todas as formas de discriminação, preconceito e injustiça - isto significa reformar na escola sua função de instituição geradora de exclusão e “assimetria sociocultural”.

Neste contexto outra questão se coloca: se este processo de mudança é determinado para todos os níveis e etapas da educação, como conduzi-lo na esfera da Educação Infantil, atendendo a finalidade de promover o desenvolvimento integral de todas as crianças – como dito anteriormente - numa perspectiva de sucesso, independente de suas condições física/fisiológica/mental (distúrbios e deficiências na estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica) e suas pertenças de cor, raça, origem, credo, condição socioeconômica, gênero e sexo.

Se considerarmos o conceito de criança como consta nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) entenderemos o quanto é urgente discutir as mudanças necessárias:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p. 12).

No conjunto dessas mudanças, a educação precisa revestir-se de um caráter integrador, existir numa perspectiva de educação inclusiva, respaldada como direito de todo ser humano, direito legal afirmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), reafirmado na Constituição Brasileira (1988) e na Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (1990). Todos estes documentos dos quais estamos falando são grandes conquistas que foram alcançadas com grandes lutas: pelo reconhecimento e pela valorização de todos os grupos que compõem a sociedade (mulheres, índios, negros, pessoas com deficiência).

A luta pelo reconhecimento das diversidades/diferenças e sua valorização transformou-se numa luta mundial e tornando-se mundial é também local, onde cada país signatário dos acordos e declarações se compromete em desenvolver o que foi estabelecido e deve ser conquistado. Por algum tempo a educação escolar teve “donos”, mas agora o cenário é outro, todos temos direitos e deveres para com a educação, não compete a ninguém negar educação, como também nunca se “deu” educação aos outros, ela foi conquistada, hoje estamos tentando torná-la de todos, como produto histórico-cultural e direito de todos.

Neste contexto a Organização das Nações Unidas (ONU), um grande órgão que luta pela garantia dos Direitos Humanos, proclama em 1994 a década da Educação, assumindo ainda com os países signatários o compromisso na criação de um Plano de Ação em Educação em Direitos Humanos (PNEDH), plano que vem a orientar a educação brasileira em todos os níveis, na esfera formal e não formal, “a Educação em Direitos Humanos refere-se a uma dimensão educativa capaz de atribuir significados práticos a uma vivência relacional baseada na pluralidade de modos de vida e no respeito à diversidade” (DIAS; PORTO, 2010, p. 32).

O resultado deste tipo de educação é uma sociedade justa, capaz de superar os preconceitos existentes e alimentar a cultura de paz que foi iniciada na contemporaneidade com a criação da própria ONU.

Outra perspectiva da educação que ganha forma valorizando a diversidade e contribui para a educação inclusiva, é a corrente multiculturalista que se desenvolve nos Estados Unidos da América (EUA) na década de 1960 durante a efervescência da luta pelos direitos civis, quando grupos marginalizados lutam pela garantia de seus direitos civis, melhorias na

qualidade da educação e pelo não à discriminação que se fazia extremamente forte contra os negros que sofriam a segregação racial. O multiculturalismo se configura como uma teoria que nasce da prática, do real, das lutas da massa e adentra por pressão, no mundo acadêmico, sendo muito estudado nas universidades e disseminado pelas pessoas que almejam uma sociedade com capacidade de pluralidade. O objetivo é não deixar a educação como veículo de dominação, onde se valoriza tal fato, de tal povo em sua grande força e civilidade, enquanto ignora e invisibiliza a contribuição de outros grupos que tiveram e tem importante protagonismo na história.

Uma das grandes referências no Brasil é Candau (2008) que defende uma educação intercultural, onde reconheça a diferença como uma contribuição para a vida humana, que as relações humanas são enriquecidas com seus diferentes, pois ela “está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural humana, onde igualdade e diferença se articulem dinamicamente” (p. 223). Esta perspectiva de educação intercultural se articula com a Educação em Direitos Humanos (EDH) quando entende-se que:

Se o futuro pedagogo deve adquirir, na sua formação, capacidade para lidar com as diversidades socioculturais na escola, visando a superação dos processos discriminatórios e de exclusão social e, conseqüentemente, a promoção da inclusão, é possível fazer uma aproximação qualificada entre Educação em Direitos Humanos e a formação do pedagogo (DIAS; PORTO, 2010, p. 50).

Na atualidade os pedagogos em formação usufruem de uma estrutura curricular que atendem as determinações estabelecidas nos diversos documentos e diretrizes específicos para a inclusão e tratamento das diversidades. A partir dos atuais currículos universitários espera-se que o que se aprende durante os anos de formação inicial seja reforçado e vivido nas formações continuadas e na própria prática. Caberá ao(a) professor(a) comprometer-se com a educação e com as pessoas que estarão sob sua intervenção, que vão seguir suas orientações e que aprenderão com os seus exemplos, por isso a importância em o(a) professor(a) estar atento as diversidades de sua turma, para em momento algum ser desrespeitoso com as peculiaridades de cada um e promover o bem comum para as crianças.

Numa dimensão da educação para a diversidade está a Educação Inclusiva, a educação para todos, que foi desenvolvida em consonância com o conteúdo expresso na Declaração de Salamanca: em 1994, reunindo mais de 92 países que se comprometeram em implementar a educação inclusiva, não se tratando apenas de unir a educação especial a educação regular, mas



de abrir as portas da escola para todos, é uma educação que como Direito atende as demandas que vão se construindo de diferentes formas na sociedade. Assim “a inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de todos os alunos com e sem deficiência” (CARDOSO, 2014, p.27)

Ao se pensar na relevância de uma Escola Inclusiva é necessário lembrar o próprio processo histórico do ser humano nas diferentes civilizações, Cardoso nos lembra (2014 p. 16) que as pessoas que nasciam “diferente” na Antiguidade eram simplesmente exterminadas pelos próprios familiares, depois no século XIX os “diferentes” poderiam viver, entretanto separadas, segregadas, hoje, o ser humano se desenvolveu a tal ponto que estas coisas, respectivamente, se tornaram barbárie e absurdas.

Num contexto internacional de luta pelos direitos básicos do indivíduo, a já referida Declaração de Salamanca atribui às escolas a responsabilidade de se ajustar e receber todas as crianças:

Independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Nesse conceito terão de incluir-se crianças com deficiência ou superdotadas, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais (UNESCO, 1994, p. 6)

Compreendemos que a inclusão é destinada para todos, porque ninguém nasce pronto e a qualquer momento da nossa vida surgem necessidades que acabam tendo impacto na educação e; a educação é o meio de intensificação das nossas possibilidades, no momento em que temos a condição de frequentar as instituições educacionais precisamos encontra-las abertas para este processo eminentemente formador, de personalidades, de valores, de sonhos. A educação é assim, uma extensão do ser humano que não lhe pode ser negada e nem violada, devendo acontecer de forma a contribuir para uma formação humana, o currículo dos cursos de formação de professores atendem as demandas dos tratados e diretrizes, portanto é preciso saber se a prática destes profissionais estão coerentes.

## **2.1 - Educação para a Diversidade e a Inclusão como um “Direito de Todos”**

A importância das leis que sustentam a educação para a diversidade é inegável, ela possibilita a contribuição direta da educação para a sensibilização dos indivíduos quanto ao

respeito às diferenças, nas escolas inclusivas, vai para além do simples reconhecimento destas, sendo assim:

O mérito dessas escolas não consiste somente no facto de serem capazes de proporcionar uma educação de qualidade a todas as crianças; a sua existência constitui um passo crucial na ajuda da modificação das atitudes discriminatórias e na criação de sociedades acolhedoras e inclusivas (UNESCO, 1994, p. 6).

Apenas com muito trabalho voltado para criação de mentalidades sensíveis as diversidades e valorização das diferenças, o ambiente educativo diverso torna-se “natural”, a ideia de naturalidade vai se firmando nas relações entre as crianças, crianças e adultos, o respeito mútuo passa a ser base das interações.

Uma pedagogia desse tipo pode também ajudar a evitar desperdício de recursos e a destruição de esperanças, o que, muito frequentemente acontece como consequência do baixo nível do ensino e da mentalidade- “uma medida serve para todos”- relativa à educação (UNESCO, 1994, p. 7).

Tudo é construção, essas relações diárias na instituição ganharão sentido e vão se alargando nas atitudes das crianças, a permanência dessa educação possibilitará a construção de uma sociedade justa e para todos(as).

## **2.2 -Conceitos, Fundamentos e Princípios da Educação e da Escola Inclusiva**

A “escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas podem ter” (CARDOSO, 2014, p. 16). Considerando a Educação Infantil e sua especificidade de educar e cuidar, possibilitar brincadeiras e interações onde aconteçam trocas, experiências, imitações, aprendizagem é prioridade, o fato é, as crianças aprendem umas com as outras de diversas maneiras, por diferentes aspectos do desenvolvimento, quando elas apresentam diferenças com certeza o aprendizado é bem maior. Sempre vemos casos de crianças que não gostavam de determinada comida e depois que o colega ofereceu passou a gostar, quando brincam de um jogo que o colega criou e repetem todos os dias, cada interação é um aprendizado novo.

Em busca do novo na educação e a efetivação da educação para a diversidade e inclusão, Terezinha Santos (2008, p.150) traça alguns pontos que são necessários à Escola Inclusiva:

A transformação da escola em face das demandas do mundo atual (...) é uma responsabilidade inerente à cidadania porque a escola de qualidade é a que contempla as diferenças, pois só assim será a escola de todos, sendo a inclusão uma consequência natural (SANTOS, 2008, p.150).

Este ponto levantado por Santos faz uma conexão entre a contemporaneidade e seus sujeitos e suas lutas, a escola inclusiva é pensada para satisfazer as necessidades de quem por muito tempo não foi ouvido, não foi visto, ou foi escondido, na escola inclusiva todas as crianças como cidadãs terão acesso a educação e aos seus objetivos. Transformações são necessárias, pois se a discriminação ou rejeição foi ensinada, a valorização das diversidades e a inclusão poderão também ser aprendidas.

“As políticas públicas em educação precisam priorizar a abertura de oportunidades para que todos tenham acesso de fato a um ensino e uma aprendizagem de boa qualidade” (Ídem, 2008, p.150). Para isso, o investimento nos profissionais e nas instituições da educação deve ser prioridade do estado, muitas das ações dos governos são para responder a pressões internacionais, entretanto, mesmo nessas condições são muito bem elaborados e precisam existir verdadeiramente nas práticas. Um passo muito importante é a abertura da escola, sabemos das dificuldades, mas portas não podem ser fechadas, precisamos também manter o debate vivo e assim pressionar em busca de formulações de políticas públicas que corroborem com a proposta.

“A discussão de propostas para uma escola inclusiva e, portanto, para uma sociedade inclusiva, deve ser preocupação da escola dita regular e não apenas uma prerrogativa da escola especial” (Ídem, 2008, p.150). Para a escola regular, atender pessoas com Necessidades Educativas Especiais sempre foi um dos grandes desafios, entretanto o enfrentamento é necessário, o auxílio das escolas especializadas é preconizado na Declaração de Salamanca, o medo nunca deve ser maior do que a vontade de garantirmos uma educação de qualidade para todos e assim forjarmos uma sociedade também justa para todos.

As políticas públicas devem garantir que o atendimento educacional especializado aconteça em salas multifuncionais nas escolas, em caráter complementar às aulas do turno regular, mas jamais substituindo a escolarização básica a que todos tem direito (Ídem, 2008, p.150).

Transformando este princípio para a especificidade da EI (Educação Infantil) onde o educar não se confunde com o processo de ensino que é típico do ensino fundamental, as crianças não passariam a maior parte do tempo apenas com o cuidador, elas teriam espaço também JUNTO a todas as crianças.

As políticas públicas precisam garantir e dar sustentação pedagógica ao trabalho com a heterogeneidade, as diferenças e a diversidade, o qual deve ser interpretado como enriquecimento cultural e não como obstáculo às práticas escolares (Ídem, 2008, p.150).

As creches recebem livros, colchonetes, brinquedos, muitos materiais que devem ser explorados no cotidiano, além, dos recursos materiais precisamos de investimento nos recursos humanos, na formação continuada, ou na formação em serviço, possibilidades de diálogo com as famílias, para desta forma todos terem condições de utilizar a heterogeneidade como fator positivo na instituição. A história do povo brasileiro é um dos maiores exemplos de heterogeneidade do planeta, este tema geralmente é trabalhado nas escolas em datas importantes no calendário nacional, é interessante que essa problemática esteja presente para além das datas marcadas, a escola é viva, a história é viva e viva é a heterogeneidade.

As políticas públicas não são meros decretos apriorísticos para manter, de forma abstrata, a realidade em movimento. Elas só se sustentam na medida em que cada pessoa e cada escola compreenderem que fazer política é ato individual e coletivo, que não se delega a instâncias representativas desvinculadas do aqui e do agora (Ídem, 2008, p.151).

Importante se faz percebermos que cada um tem seu papel a desenvolver, entretanto, o bom desempenho escolar depende do coletivo, as responsabilidades de cada profissional, está em cumprir com as determinações das políticas públicas e as os desafios da realidade imediata da escola. As diretrizes são fundamentais e já são respostas a lutas de grupos organizados, não restando dúvidas quanto a sua necessidade de concretização.

A escola de qualidade que todos querem para os próprios filhos e para todos, é aquela que pratica cidadania e contempla as diferenças; nesse sentido, somente quando a inclusão se der, de fato, é que a escola regular será realmente a Escola de todos (Ídem, 2008, p.151).

A luta do profissional da educação deve ser sempre a educação pública de qualidade que chegue a todos(as). A bandeira que precisamos segurar é enaltecer as potencialidades das crianças, pois suas limitações não são o que de mais importante elas têm para oferecer.

De acordo com os princípios da autora acima citada a responsabilidade não é só do professor, embora ele seja o principal cobrado, pois é quem está todos os dias em constante trabalho com as crianças, encontrando com os pais; entretanto, todos os profissionais da educação precisam estar cientes das políticas públicas, pois as condições de trabalho dependem destas, aspectos como a formação e também os recursos oferecidos.

A sala de aula é o lugar de encontro das diversidades e a inclusão é a relação que deve existir; na etapa da Educação Infantil o objetivo é o desenvolvimento completo, para tanto, “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a eles se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades” (UNESCO, 1994, p.viii). A escola precisa se abrir às crianças e não tentar enrijece-las num modelo padrão, o seu planejamento precisa ser centrado na criança, estar atento as suas necessidade e refletindo ir ao encontro, o que é diferente de ir de encontro onde apenas aponta as dificuldades.

O mesmo documento faz um apelo aos governos, eles precisam “garantir que, no contexto duma mudança sistemática, os programas de formação de professores, tanto a nível inicial como em serviço, incluam as respostas às necessidades educativas especiais nas escolas inclusivas” (UNESCO, 1994, p.x).

A escola inclusiva só terá êxito se tiver a devida atenção, os profissionais da educação precisam aprender a inclusão na formação, desenvolver uma prática amparada pela teoria e assim trabalhar para criar também mentalidades inclusivas paralelamente. A ideia de inclusão na educação está intimamente ligada ao respeito pelo o outro, ao reconhecimento do outro como sujeito de direitos, desta forma educar para o respeito mútuo objetivando a convivência harmônica entre os “iguais” e os “diferentes” apoiando-se na luta por uma sociedade justa.

### **III. A PRÁTICA DE ESTÁGIO COMO CAMPO DE PESQUISA: OS DESAFIOS NO COTIDIANO DA CRECHE COMO ESPAÇO DE ENSINAR E APRENDER A INCLUIR**

A ideia de discutir a forma como o processo de inclusão vem acontecendo no espaço da creche surgiu no semestre letivo que conjuntamente cursava os componentes curriculares “Diversidade e Direitos Humanos” e o Estágio Curricular IV –Educação Infantil. A partir do campo de estágio – para intervenção – e das solicitações da professora do componente “Diversidade e Inclusão” de observar como as diferenças eram tratadas no ambiente da creche, essa proposta de trabalho de conclusão de curso foi sendo elaborada. Portanto, o relatório de estágio, além de conter as informações relativas a prática pedagógica, deveria também conter as informações que validasse a concessão da nota do componente de “Diversidade”. Assim, do aprofundamento do estudo teórico e documental surgiu o presente trabalho de conclusão de curso cujos resultados serão apresentados a seguir.

#### **3.1 - A prática de estágio como campo de pesquisa: o trajeto da busca**

Nos últimos anos temos observado uma compreensão cada vez mais consensual que a pesquisa é parte fundamental do processo de formação docente. Sendo a pesquisa entendida como processo de busca de resposta orientado por procedimentos racionais e sistemáticos.

O estágio curricular objetiva aproximar o(a) estudante do campo de trabalho que irá atuar possibilitando ao(a) mesmo(a), a partir da experiência prático-pedagógica supervisionada, propiciar a vivência com a realidade da sala de aula. Torna-se o estágio curricular um processo que permite o(a) estudante confrontar a teoria com a prática, possibilitando ao(a) mesmo(a) consolidar sua aprendizagem, a medida que na experiência inicial perceberá a importância das competências e das habilidades indispensáveis no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, o estágio curricular constitui-se também em espaço de pesquisa para a prática de ensino, um campo de produção de conhecimento novo capaz de contribuir para reformulação da prática docente. Pois, como no dizer de Pedro Demo (2014), apenas a pesquisa nos permite estabelecer o diálogo entre a teoria-metodologia-prática-realidade. Só a partir desse diálogo é possível verificar quão próximo estamos ou quão distantes nos encontramos da teoria e das diretrizes.

Para Paulo Meksenas (2002), a pesquisa na formação do pedagogo é uma forma de duvidar dos modelos explicativos que ora superestimam, ora subestimam a realidade escolar.

Afirma:

Pesquisar diz respeito à capacidade de produzir conhecimento adequado à compreensão de determinada realidade, fato, fenômeno ou relação social. Na educação escolar, a pesquisa também assume a capacidade de criar os meios necessários ao estabelecimento de novas interações, mediações e modificações de contextos que envolvem os sujeitos do ensino com os sujeitos da aprendizagem (MEKSENAS, 2002, p.21).

Nesse sentido, o campo de estágio torna-se espaço de “descoberta” e produção de novos conhecimentos para o(a) futuro o(a) professor(a) pesquisador(a), a partir da observação da experiência prática pedagógica de outros(as) professores(as) e/ou da sua própria prática pedagógica.

Portanto, o fato do estágio ser de intervenção nos coloca como observadores participantes, realizando o que Vianna chama de “observação naturalista”: aquela realizada “(...) no ambiente natural, como diz o seu próprio nome, e não procura manipular, modificar ou mesmo limitar o meio ou os comportamentos dos participantes” (VIANNA, 2002, p. 48).

Para observar utilizamos todos os sentidos, pois quando estamos presentes no local, onde várias pessoas estão juntas, fazendo dadas situações acontecerem, precisaremos acompanhar as situações acontecendo em tempo real, olhar para a totalidade da cena: precisaremos ouvir, sentir os cheiros, ver as expressões faciais, conversar etc. Ou seja, no campo da pesquisa educacional, a observação participante é uma das técnicas mais interessante, pois podemos no momento em que acontece determinado fato questionarmos sobre, procurar entender como tal pessoa se sente depois do acontecido, algumas vezes podemos também sofrer com alguns destes acontecimentos, por exemplo, nossas convicções sobre a realidade poderão não ser aceitas pela pessoa que é observada.

A persistência é um ponto necessário para o observador, exige postura de curiosidade. A partir da técnica da observação permite a explorar o ambiente e garante que nada se perda aos seus sentidos (ver, ouvir e falar). “(...) o pesquisador se aproxima das pessoas e com elas mantém um contato direto por meio de entrevistas, conversas, enquetes. Registra em seu diário de campo, descrição de pessoas, eventos, situações interessantes” (ANDRÉ, 2008, p. 27).

Mas, a observação como técnica científica, pressupõe a realização de uma pesquisa com objetivos criteriosamente formulados, planejamento adequado, registro sistemático dos dados, verificação da validade de todo o desenrolar do seu processo e da confiabilidade destes. “(...) A

observação é um processo empírico por intermédio do qual usamos a totalidade dos nossos sentidos para reconhecer e registrar eventos fatuais” (VIANNA, 2007, p. 14).

Durante a formação inicial de professores(as), a observação é uma das estratégias de pesquisa mais utilizadas para estudo de caso. O/A estudante pesquisador(a) recebe orientações do(a) professor(a) supervisor(a) e é encaminhado a campo para desenvolver os objetivos do estágio: observar como o professor trabalha, como a creche se organiza, quem são os agentes da comunidade, como acontece as relações entre crianças e adultos etc. – o que não impede que o aluno pesquisador tenha outros interesses naquele local. Todavia, é importante respeitar o momento, pois a observação é aberta e todos sabem que estão sendo observados, deixarmos para fazer o registro escrito posteriormente.

Assim, eu e outra colega de turma, Joseane, partimos para o campo de estágio “providas” do conhecimento adquirido na universidade (bibliográfico e documental) a fim de observar na realidade “como se faz”, para na sequência, “fazer”. Para obtenção das informações empíricas utilizamos as seguintes estratégias metodológicas: observação do cotidiano escolar e entrevistas com as professoras responsáveis pela turma observada.

A instituição de ensino do campo de estágio, objeto desse estudo foi numa turma da Pré-Escola, denominada na instituição, de Pré-I, em uma instituição pública do município de Campina Grande-PB. O nome da instituição, os nomes das crianças e os nomes das professoras serão mantidos em sigilo para preservar suas identidades. Como faremos uso das falas das professoras, utilizaremos nomes fictícios para as mesmas, que serão chamadas de Diana e Vilma.

### **3.2 - A Pré-Escola objeto da pesquisa**

As observações aconteceram no período dedicado ao Estágio Curricular IV – Educação Infantil, ministrado/supervisionado pela Professora Dra. Glória Maria Leitão de Souza Melo. Mesmo sendo voltado para a etapa da intervenção, necessário se fez dedicar tempo para observação a fim de melhor adequar o que a Professora Glória denomina PAID, Projeto de Atuação e Intervenção Docente que orientaria nossa prática. Assim, entre os dias 13 de fevereiro a 17 de abril de 2017 realizamos as atividades práticas do estágio.

Como mencionado anteriormente, esse período foi dividido com uma etapa de observação, razão pela qual a intervenção pedagógica só foi iniciada no dia 20 de março até o dia 17 de abril, sendo um encontro semanal. Mesmo assim, podemos dizer que durante a prática



mais observamos que atuamos, pois a professora titular da turma não se ausentava por muito tempo e muitas vezes intervia para “disciplinar” as crianças ou reordenar a dinâmica de trabalho. Por exemplo, em algumas situações estabelecia as regras do momento da leitura, permitindo apenas que as crianças ouvissem e não pudessem pegar o livro ou recontar a história; em outros momentos trocava as cores dos lápis de pintar, sem considerar a vontade da criança. Minutos antes do recreio, quando as crianças haviam terminado as atividades dirigidas, e disponibilizávamos brinquedos para elas, a professora nos orientava para guardar, pois não era o momento para tal e pedia para que as crianças sentassem em seus lugares e aguardassem quietos para saírem para o recreio. Quando chegava o momento da saída, ela organizava a fila e deixava que saíssem para brincar no pátio.

O espaço físico da instituição é composto por 04 (quatro) salas de atividades educativas, com a seguinte utilização: 01 (uma) sala para a turma do “Maternal” - atendendo crianças de faixa etária de 02 (dois) anos; 01 (uma) sala para a turma do “Maternal I A” - atendendo crianças de faixa etária de três anos; 01 (uma) sala para a turma do “Maternal II B” - atendendo também crianças de faixa etária de três anos; e 01 (uma) turma de “Prél” atendendo crianças de faixa etária de quatro anos; 01 (uma) sala da diretoria; 02 (dois) banheiros para os(as) funcionários(as); 01 (um) dormitório, que divide espaço com uma pequena biblioteca; a cozinha; 01 (uma) dispensa; 01 (um) refeitório; 02 (dois) banheiros para uso das crianças, 01(um) pátio com cobertura e cimentado e outro ao ar livre coberto e com areia; 01 (uma) guarita e 01 (uma) área de serviço.

Conta também com cisterna, pois a cidade enfrenta um grande período de racionamento de água na torneira e consumo diário de água é grande: banho, lavagem de fardas, toalhas e preparação de alimentos - que inexistem sem água e nos dias de racionamento a cisterna é extremamente útil.

No período da realização do estágio, a instituição estava sendo ampliada, construindo mais um espaço que seria destinado para o funcionamento do berçário. De acordo com a Profa. Vilma, a obra em andamento estava para ser concluídas e em breve seriam inaugurada ampliando a capacidade de acolhimento da creche.

Quanto aos recursos e equipamentos pedagógicos, a Creche conta com uma TV, carteiras, mesas pequenas que permitem bom apoio das crianças, quadro de lousa, livros, jogos pedagógicos que ficam em cima de uma linha de concreto fora do alcance das crianças, armários em bom estado de conservação, dentre outros. No material de apoio pedagógico que

tivemos acesso, não observamos nenhum diferencial que atendesse as demandas de aprendizagens educativas específicas.

Em relação ao “Projeto Político Pedagógico” está dito em seu texto que o mesmo constitui-se como plano orientador das práticas da instituição, segundo o próprio documento foi construído coletivamente pelos atores da escola e tem como missão “contribuir para a melhoria das condições educacionais, assegurando uma educação de qualidade em um ambiente criativo, inovador e de respeito ao próximo”. Assim como “Atender as necessidades básicas e prioritárias das crianças e das mães trabalhadoras da nossa comunidade” (cf. PPP da Creche).

De acordo com o documento, entendemos como função social da creche cuidar e educar as crianças que, usufruindo do seu direito, são tratadas de forma respeitosa. A instituição também existe para ajudar as mães trabalhadoras que necessitam do trabalho da creche como lugar de proteção e garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. “Assim, cabe a escola pública a garantia da educação para todos, assegurando a posse sistemática do saber científico, historicamente produzido pelos homens, partindo de experiência da vida e da realidade social daqueles a quem deve educar” – como escrito no PPP da Creche.

Em alguns trechos do documento é possível identificar uma linguagem incoerente com o objetivo e a função da instituição, denunciando certo descuido com o conteúdo para fundamentar suas referências, mais voltado para o Ensino Fundamental. Em linhas gerais, o documento atenta para o cuidado as crianças, para o respeito a sua capacidade de criar, brincar.

A partir das conversas com as professoras foi possível perceber que o trabalho desenvolvido em sala de aula não está organizado na forma de projetos, mas de temas. A partir do tema dado pela Secretaria de Educação, cada professora planejava seu trabalho para a sua turma; embora tenha no PPP a discussão de trabalho em/por projetos.

O PPP é um documento “cartão de visita” da escola, mas nas observações é notório que o trabalho desenvolvido não o segue, o documento considera a criança em sua individualidade e diversidade, prevê atividades extra-classes, ele atribui ao professor seu dever de planejar as atividades que promovam desenvolvimento para as crianças, entretanto, na concepção das professoras, atividade se resume apenas aquelas produzidas dentro de sala. Segundo Melo (2009) atividade não é somente aquela ação dirigida pelo professor, é também as ações das crianças, seus interesses e até improvisos que levam a criança a participar de uma prática/ação.

### 3.3 - A Pré-Escola e a sala de aula: ambiente “para todos(as)?

A instituição escolar lócus da pesquisa localiza-se na Zona Leste da cidade e abre-se para o atendimento da comunidade formada por famílias de baixa renda. As crianças ficam na creche apenas pela manhã, então a higienização corresponde apenas a lavar as mãos depois do recreio e limpar o nariz quando elas estão gripadas, pois ficam na creche em horário parcial.

De acordo com as diretrizes específicas para educação infantil, o espaço organizado para atender as crianças deve ser projetado para atender suas especificidades físicas sensório-motoras, etc., pois, nos diz Daniela de Guimarães (2006, p. 69) : “pensamos nos espaços antes das crianças entrarem, mas quando eles são habitados e vividos é que se tornam ambientes de experiências, ganhando contornos de fato”.

A turma do “Pré I” objeto do estágio/pesquisa tinha um total de 22 crianças matriculadas, todas com idade de 04 (quatro) anos, sendo maioria meninas. Apesar de no diário constar 22 crianças, regularmente comparecia um número menor, geralmente entre 12 e 19 crianças. As professoras levantam hipóteses sobre este fato, dizem que algumas crianças comparecem apenas nas semanas de datas comemorativas para “ganharem presentes” ou quando os pais precisam resolver algo no centro da cidade e não podem levar a criança com eles, então deixam na creche, mas que um número bom apresenta frequência assídua.

As crianças ficam na creche apenas pela manhã, então a higienização corresponde apenas a lavar as mãos depois do recreio e limpar o nariz quando elas estão gripadas. A turma está sempre aberta a atividades ligadas a movimentos e descobertas, entretanto, nas atividades rotineiras sentem falta das brincadeiras.

Olhando para as crianças é possível perceber sua diversidade expressa em cores, cabelos, roupas, sorrisos, brincadeiras, comportamentos e ações. Entre elas somente uma apresenta deficiência física, a Professora Vilma chama (a deficiência) de pés de bailarina porque a criança se movimenta apenas utilizando as pontas dos pés, o que afeta drasticamente o equilíbrio, mas não a impede de estar sempre em movimento.

No caso da criança de “pés de bailarina”, na sala de aula não observamos nenhum tratamento diferenciado, até porque a mesa era coletiva e as atividades individuais – o que não requeria formação de grupos que pudessem excluí-la. Porém no momento do intervalo, poucas vezes brincava com outras crianças, geralmente brincava só criando desafios para ela mesma,

por exemplo, jogar a sandália para cima e correr para pegar no ponto que caia. Nesse caso, a criança ficava sozinha, excluída do grupo.

As práticas pedagógicas não estão atentas a superação das situações discriminatórias, pois nada é feito em relação a criança que passa maior parte do tempo brincando sozinha pois seus movimentos são limitados devido a sua leve deficiência motora, para situações de garantia dos direitos de participação das crianças nas atividades, inclusive optando, a professora prefere um trabalho mais centrado nas letras e números e não disponibiliza livros, jogos e brinquedos que as crianças pedem todos os dias e com certeza se entregariam mais. Melo, Brandão e Mota alertam que todas as crianças precisam ser consideradas “o professor e a professora de educação infantil devem, portanto, ter como ponto de partida, no trabalho pedagógico, as próprias crianças, seus interesses, suas formas de aprender e apreender o mundo e o conhecimento, seus saberes” (2009, p.19).

As professoras não interferiam nessa situação. Não observamos durante a recreação a realização de atividades assistidas – brincadeiras orientadas -objetivando promover uma maior interação dessa criança com as outras. Na perspectiva da proposta de educação inclusiva, como dito no capítulo anterior, a escola “é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas podem ter” (CARDOSO, 2014, p. 16).

Essa situação deveria servir para que as crianças aprendessem umas com as outras de diversas maneiras, por diferentes aspectos do desenvolvimento. Quando elas apresentam diferenças com certeza o aprendizado é bem maior. Essa situação mostra que as crianças estão recebendo uma educação que não valoriza a diferença, além de não valorizar é responsável ainda por disseminar a exclusão como forma para lidar com o diferente, assim, não supera a discriminação ou desigualdade pois fingi-se que está tudo acontecendo como deve ser. A criança que brinca sozinha certamente percebe essas situações, e isso pode trazer sérios prejuízos para ela, podendo subjetivar e pensar que se isolar seja a melhor opção.

Na turma existem várias crianças negras, meninas e meninos, mas dois meninos em especial chamaram-me a atenção. Um dos meninos negro era criado pela avó, pois o pai estava sob forte uso e dependência de drogas e a mãe – não se sabe ao certo – apresentava algum impedimento para criá-lo e aos dois irmãos – que segundo ficamos sabendo, esses dois irmãos moravam na rua. A estranheza em relação a esta criança deu-se pelo fato da Professora ter alertado do risco de termos algo roubado de nossas bolsas apenas baseada na história de vida da família da criança. Atitude que demonstra preconceito.

O outro menino negro é muito amigo de outro menino branco e loiro, estavam sempre juntos, faziam tudo juntos, menos na hora do lanche, pois o menino negro não levava merenda. Observamos que a Professora tratava as duas crianças de forma desigual, por exemplo: ao dirigir-se a criança branca fala baixo e demonstrava carinho, enquanto dava tratamento oposto a criança negra. Mas, é importante ressaltar que entre as crianças não havia nenhum tipo de discriminação.

Em relação a criança que por muitas vezes ficava de castigo, em conversa informal a professora nos disse que dois dos seus irmãos viviam quase em situação de meninos de rua, apenas a vó da criança podia pegá-la na escola e mesmo assim nada era feito em especial a esta necessidade da criança, necessidade de afeto, atenção, brinquedo; portanto esta prática não favorece a diversidade e a inclusão.

Na sala também temos duas crianças extremamente tagarelas; outra que apresentava comportamento agressivo (apenas às vezes) – esta criança também sofria discriminação por parte das professoras, sempre ficava de castigo, pois as professoras eram motivadas pelas reclamações das outras crianças em relação ao mesmo. E assim com essas e outras mais diversidades a sala se completava.

Percebemos que as professoras faziam uma espécie de categorização das crianças, eram separadas em dois grupos, a saber: crianças que tiveram acesso a creche antes dos 04 anos que conseguiam pintar “melhor” e se adaptavam com mais facilidade a rotinas; e as que só foram matriculadas com 04 anos e ainda estavam desenvolvendo a coordenação motora fina para segurar o lápis e pintar em ziguezague. São diferenciações que tendem a nivelar as crianças entre as que conseguem e as que não conseguem realizar algo, essa diferenciação não deveria existir, pois na Educação Infantil não existe avaliação com caráter de retenção ou aprovação, mas no sentido de possibilitar ao professor a reflexão de sua prática e onde pode mudar para atender as necessidades das crianças, e conseguir que esta criança evolua nos aspectos trabalhados. Para Machado, “a escola não pode servir a uma ciência morta que faz com que seus sujeitos sejam classificados em capazes e incapazes” (MACHADO, 2007, p.72). Diferentemente, esse o lugar para desenvolver cada um, de acordo com suas condições, sem a necessidade de comparações ou categorizações.

No início das observações eram duas professoras responsáveis pela turma, posteriormente uma das professoras foi remanejada para assumir outra turma, o que fez aumentar o trabalho e a responsabilidade da professora titular. A mudança interferiu em seu trabalho, as atividades desenvolvidas não consideravam as percepções das crianças sobre o

mundo, o direito a participação das crianças era cerceada ao simples cumprimento do que era pedido, estabelecido pela professora.

Esta é uma situação de exclusão muito recorrente e muito grave, pois participar é um direito de toda criança, seja escolher uma atividade dirigida ou livre, brincadeiras, jogos. Considerando que a professora tem graduação e especialização em psicopedagogia, sendo assim, conhece os documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017, p. 36) as crianças estão amparadas por seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento que são: conviver, participar, brincar, explorar, expressar e conhecer-se. A inclusão destas crianças no processo educacional precisa ser efetivada e não apenas um plano que não se segue.

Nas relações cotidianas é possível perceber que existe uma leve nuance de tratamento diferenciado na forma em como as crianças são tratadas pelos adultos, como já mencionado anteriormente: no que se refere a toques no cabelo, tom da fala.

Felizmente, as crianças aparentemente não conseguem discernir sobre o grau de inclusão em que estão inseridas, nos dias observados vimos que a professora tem pouca paciência, fala muito alto e não traz atividades diferentes geralmente são individuais de colar, pintar e ligar imagens, existe uma forte preocupação em passar atividades para as crianças e ter uma atividade como produto final para exposição, prender no varal, não havendo inclusão das percepções das crianças sobre o mundo, suas fantasias e sonhos. Figueiredo (2008, p.142) faz uma colocação acerca da expectativa da ação do(a) professor(a):

Para ser capaz de organizar situações de ensino e gestar o espaço da sala de aula com o intuito de que todos os alunos possam ter acesso a todas as oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela instituição escolar, este professor deve ter consciência de que o ensino tradicional deverá ser substituído por uma pedagogia centrada na diversidade.

A realidade é móvel, as exigências mudam e o professor precisa atender a essa demanda, em relação as professoras do campo de estágio, o que dizer?

### **3.4 - Professoras em cena: sobre suas práticas pedagógicas, os conteúdos e significados**

Quando chegamos ao campo de estágio, a turma do Pré-escolar I estava sob a responsabilidade de 02 professoras, ambas titular, as quais serão, como já mencionado aqui, denominadas de Diana e Vilma. Todavia, uma das professoras da creche precisou sair, a turma

foi assumida pela Profa. Diana. Nesse sentido optamos por apresentar apenas os resultados da entrevista e das conversas informais realizadas apenas com a Professora Vilma.

A referida Professora atuava há bastante tempo na educação infantil e na Educação de Jovens e Adultos e já está prestes a se aposentar – sendo este o assunto mais abordado por ela em nossos encontros. Graduada em Pedagogia e Especialista em Psicopedagogia, teoricamente preparada para assumir sua função com sucesso. Trabalha os três turnos, em diferentes modalidades da educação e outros, conhece os documentos orientadores das práticas educativas, contudo, suas ações não coincidem com as diretrizes e ela nos afirmava isto quando mostra sua opinião em relação a assuntos polemizados como orientação sexual e igualdade de gênero: *Nós sabemos que as diretrizes mandam tratar destes assuntos de “igualdade de gênero”, mas aqui nós não toleramos, não toleramos!* (Professora Vilma).

Essa afirmação da professora veio logo depois de um acontecimento entre as crianças, numa atividade dirigida. A atividade utilizava bexigas e pratinhos descartáveis, eram bexigas de três cores diferentes (azul, verde e rosa) um menino pediu para brincar com a bexiga rosa, a professora olhou como se a criança tivesse falado um palavrão, e foi firme ao afirmar que cor de menino só são duas, a verde ou a azul e rosa era cor de menina, então o menino se contentou em brincar com a bola azul. Percebemos posteriormente que as crianças interiorizavam a fala preconceituosa da professora e entendiam como se fosse verdade. Por exemplo, no momento do intervalo presenciamos uma das meninas da sala dizer que a cor preferida dela é o rosa porque é de menina.

Dessa forma a professora, sem perceber, está ensinando para a intolerância e contribuindo para a desigualdade de gênero. Muitos fatores influem para que ela tenha esta postura, a idade, os valores da sociedade em que ela se desenvolveu e os subjetivou, a religião que é praticante, a formação. A religião da professora interfere em sua prática, o que ela pretende é que as crianças ajam como deveriam agir se fossem praticantes de tal religião.

A professora Vilma afirmou conhecer a proposta da educação para a diversidade e falou de sua essência em uma frase curta: *É a necessidade de acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino. Embora que o professor tem que ser qualificado para poder trabalhar como também a escola* (Professora Vilma). É uma visão positiva, pois o conhecimento teórico é o primeiro passo para uma prática de qualidade, porque o importante de ter o conhecimento teórico é a capacidade de atribuir a sua prática, dar sentido ao conhecimento científico.

Como boa aula ela afirmou ser: *Uma boa é a participação de todos interagindo, onde eles entendam o conteúdo trabalhado* (Professora. Vilma), esta fala trata da importância das crianças interagirem, participarem para assim entender o conteúdo trabalhado, para isto precisa ter abertura para essa interação das crianças acontecer, onde a professora considere as ideias das crianças, que adentre no mundo da criatividade e da imaginação. Justificando o porquê de esta aula ser boa ela afirma *Considero porque quando os alunos estão interagindo é sinal que está interessante a aula, porque está abrangendo o interesse do aluno* (Professora Vilma), sendo assim, as atividades deveriam estar organizadas em muitas brincadeiras, muita leitura dos livros da biblioteca, tanto pela professora como pelas próprias crianças, muito movimento e imaginação.

Afirmou: *Sou uma pessoa justa, trato todos por iguais meus alunos, não diferencio um do outro, direitos iguais* (Professora Vilma), entretanto, não são só palavras que nos descreve, nossa prática também, por isso se faz tão importante a observação da realidade. É impossível separar o pessoal do profissional, entretanto os princípios educacionais precisam ser respeitados. A professora diz que *não trabalhei com pessoas com deficiência*.

A observação é imprescindível para podermos identificar posturas que atendam ou não a diversidade e a inclusão, a mesma, foi direcionada não apenas a sala de atividades, mas a todos os ambientes da instituição. Um momento que consideramos importante são os rituais que antecedem as refeições precedidas de orações que não pontuamos como um ponto negativo, mas que as orações fazem referência a um tipo de religião específica, no qual não condiz com a proposta de educação laica, a oração, por exemplo, antes do café da manhã: *Papai do céu obrigado pelo nosso café, que nunca falte em nossa creche e nem em nossa casa, abençoa papai, mamãe, vovó, vovô, nossas tias da creche em nome de Jesus. Amém*.

Além disso, a professora Diana, eventualmente, cantava louvores que eram cantadas na igreja que ela fazia parte (evangélica), junto com as crianças. Refletimos quantos nestas propostas que de forma sutil passa um certo padrão de sociedade, um conjunto de valores que perpassam o processo de formação da personalidade das crianças e dos professores. Em outro momento na turma, a diversidade foi contemplada durante a acolhida, com a música: “Como é bom ser diferente” da turminha do Tio Marcelo que é um site voltado para o público infantil, de autoria do músico Marcelo Serralva e que tem a seguinte letra:

*“Como é bom ser diferente  
Imagina só se a gente  
Fosse todo mundo igual*



*Isso não seria legal  
Um gordo, o outro é magro  
Um é alto, o outro é baixo  
Um é preto, o outro é branco  
Um enxerga, o outro nem tanto*

*Um é fraco, o outro é forte  
Um mora no sul, o outro lá no norte  
Um é feio, o outro bonito  
Não importa é seu amigo*

*Diferente de mim  
Diferente de você  
Eu agora sou feliz  
Porque pude perceber  
Eu tenho um amigo  
E sei que ele é diferente”.*

Apesar de mostrar que é bom ser diferente a letra da música deixa dúvidas quanto a valorização da diversidade, quando diz “um é feio, o outro é bonito”, o que permite dizer que alguém é feio e outro é bonito? Será que o conceito de beleza é igual para todos? Depois da música segue a rotina “naturalmente”, numa dimensão da educação para a diversidade caberia após a música a discussão que fizesse refletir: meus colegas são diferentes de mim? O que ele tem de diferente que é muito legal? O que eu tenho de diferente e que me caracteriza? Na educação para a diversidade e inclusão é preciso se soltar dos padrões existentes, pois quando enaltecemos apenas um modo, apenas um tipo, estamos desprestigiando os outros, colocando-os em patamares inferiores, contribuindo para a desvalorização e danificando a construção de identidades dos diferentes grupos quando deixa a entender que um seja mais bonito do que outro.

Observamos que na realidade desta turma de Pré-escolar I, as professoras investiam mais em atividades que estavam mais relacionadas a produção de leitura e escrita como atividades de pintar, ligar os pontos, cobrir letras e números, etc., não estamos afirmando que estas atividades não tem sua importância, mas não devem ser elegidas como objetivo principal para esta etapa da educação, o fazer mecânico, descontextualizado e isolados por meio de atividades prontas e retiradas da internet apenas para serem executadas, que não são tão interessantes para as crianças percebemos isso na pressa com que elas fazem estas atividades querendo terminar logo para poder brincar e as vezes são obrigadas a fazerem contra vontade, essas atividades as professoras além de ter um produto para comprovar seu trabalho desenvolvido com a turma, tentam manter as crianças ocupadas, sentadas e silenciadas.

Na sala de atividades, esporadicamente, porém de forma muito visível a professora trata as crianças de forma diferente, quando a professora está falando com uma criança *x*, que tem cabelos lisos, loiros e pele branca apresenta expressões suaves, passa a mão na cabeça, sorri e fala baixo, pois acha que ele a entende de primeira, embora os dois tenham o mesmo temperamento. Quando está se relacionando com uma criança *y*, o trata diferente a expressão facial é mais forte, fala mais alto e o toque não é leve, esta criança tem pele escura, cabelos crespos, e é amigo da criança *x* e entre eles não há distinção alguma, as crianças se veem como são, não se sentem diferentes, nem chegam a perceber que são tratados de forma diferente pela “tia” deles.

Quando a turma tinha duas professoras percebemos nelas características e posturas tradicionais, embora a Professora Diana algumas vezes se propunha a oportunizar atividades que objetivavam a interação e o brincar, mas fazendo sempre distinções de cores de menino e de menina, brinquedos de meninas e de meninos, brincadeiras de meninos e de meninas, evidenciando as práticas sexistas existentes na sociedade, como por exemplo, a professora tenta passar como verdade absoluta que existe uma separação de cores para os meninos e para as meninas.

Outra situação que presenciamos que nega alguns direitos das crianças foi no momento em que elas pediam com grande insistência para brincar com os materiais didáticos (jogos de encaixe, montar, blocos lógicos, bonecos, bola) que estavam expostos na estante da sala e as professoras não deixam para simplesmente não danificar. Ora, se esses recursos são enviados para serem trabalhados com as crianças e, se isso não acontece por que não permitir que elas pelo menos brinquem, peguem, vejam? Pois é direito delas, esses materiais vêm para a instituição especialmente para as crianças, algumas vezes que nós pegamos esses materiais e demos as crianças fomos repreendidas como se o que estávamos fazendo fosse “um crime contra os materiais” e sempre com a justificativa de que era para não danificar os objetos. Pensamos que ao invés de não deixar as crianças brincarem com os livros e materiais elas deviam educá-los para o cuidar desses objetos.

Ainda em relação aos princípios da Educação Infantil, o RCNEI (1998, P.13) acrescenta “o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil”.

Na sala de atividades o que as crianças fazem é o que a professora programou, em uma atividade da qual se esforçou para fazer, colando os numerais e suas quantidades correspondentes de uma mesma cor na parede seguindo a organização dos quadrados da

cerâmica, daria uma ótima oportunidade de interação. O objetivo desta atividade era a aproximação das crianças com os números, entretanto, em nem um momento as crianças puderam participar, percebemos que existiu a vontade de participar por parte das crianças, elas acharam muito atrativa, e podiam ter participando cortando, colando, ou até mesmo contando as bolas de acordo com as quantidades do número apresentado.

Esta discussão mostra que a atuação do(a) professor(a) contribui para a formação da personalidade, da identidade das crianças, por várias gerações. É preciso muita atenção e cuidado com a prática pedagógica (planejamento) e preciso muita reflexão a cerca do trabalho desenvolvido. O(a) professor(a) não pode deixar de lado as diretrizes e documento próprios da educação para seguir orientações do senso comum ou da religião que pratica, este tipo de educação cabe a outra instituição, a família. Entretanto, o que observamos foi o predomínio das concepções religiosa e pessoal dominando a prática profissional. A ação está separada de uma reflexão verdadeira, que saia do passado, de como era a educação tradicional pela qual passou quando estudante para às exigências atuais.

Constatamos incoerência entre o que é instituído como direito de toda criança, e as posturas e práticas que são adotadas por professores(as) que, por vezes ferem estes direitos. Logo pontuamos algumas situações em que no estágio observamos a negação do direito do outro que vão desde a ausência do planejamento das atividades educativas a negação do direito de escolher com qual brinquedo deseja brincar.

A escola para as crianças pequenas precisa oferecer asas e não cortá-las, o professor precisa ser o mediador entre a criança e o mundo concreto, experiências precisam ser arquitetadas de forma a enriquecer o repertório infantil, as crianças precisam viver a infância.

#### **IV - DIANTE DO VISTO E DO ESCUTADO, O QUE DIZER: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

“Na prática a teoria é diferente”, diz um dito popular. Verdade?

Todo projeto de educação é retrato de um tempo histórico, assim reflete as demandas próprias daquele tempo. O que se aprende em um tempo, poderá em pouco tempo perder sua validade ou precisar de atualização. Razão pela qual o campo de estágio pode se constituir como espaço para produção do conhecimento novo, readequado a realidade. Nesse sentido, nenhum profissional pode continuar orientando sua prática e sua postura por conhecimentos e práticas ultrapassadas, perdidas no tempo. Hoje é imperativo ter formação para o trato da diversidade, ensinar e aprender a rejeitar as práticas de intolerância. Esta é uma exigência a qual o nosso currículo obedece e temos o dever de desenvolver um trabalho que contribua para a paz social, cultural e para o bem de todos.

A Educação Infantil é uma etapa muito importante no que se refere qual sociedade queremos formar, que sujeitos estamos formando, este é um dos grandes desafios da Educação Infantil, que se entrelaça com respeito pelos professores ao conceito de criança proposto pelas diretrizes, e assim planejar e desenvolver um trabalho para formar para a cidadania, para transformação da realidade assegurando que todos(as) possam ser consideradas sujeitos atuantes socialmente. Desenvolver práticas no cotidiano que corroborem para a garantia de liberdade das crianças, respeitando seu modo de ser, ver e pensar o mundo, é responsabilidade do professor seja na sala, seja também fora dela.

O campo de relações da creche é vasto, outros profissionais além do(a) professor(a) podem desenvolver ações de acolha a diversidade e garantia de direitos das crianças.

No período do estágio foi possível observar muitas posturas que não favorecem a valorização da diversidade que nos é inerente, o trabalho pedagógico não é orientado para a compreensão das diferenças, por vezes em momentos oportunos as professoras não se sensibilizam para a questão. Ao observarmos as práticas pedagógicas percebemos que as diferenças são acrescidas pela professora Vilma, quando faz distinções entre crianças de acordo com frequência ou não em creche antes do atual momento, distinguindo cores de meninas e meninos e afirmando não tolerar a “igualdade de gênero”. Quando presencia situações de exclusão por parte da turma a criança que tem “pés de bailarina” e não procura solucionar ou amenizar está permitindo que práticas como essas se espalhem por todos os âmbitos e fazendo

surgir mentalidades/identidades de pessoas problemas, e não está cumprindo com o papel de planejar experiências que promovam a interação/participação/inclusão.

Em relação a criança com problemas de tutela, a recomendação da professora é que os outros tomem cuidado, em alguns momentos a criança é afastada, seja para não comer o lanche do colega ou porque cutucou ou mostrou o dedo maior da mão. Esta é uma das crianças que mais precisa de afeto e cuidado e, no entanto é afastada, quando o indicado seria a professora desenvolver um trabalho que contribuísse para erradicar nas crianças atitudes de discriminação e preconceito. Discutir as questões problemas facilita para a compreensão das diferenças em relação as outras pessoas, ajuda a entender que se isolar ou isolar o(a) diferente não é o caminho mais fácil, mas sim procurar entender o porquê da diferença.

Nesse sentido, seria interessante que a professora realizasse um trabalho mais voltado para o uso de livros, jogos, brinquedos e brincadeiras –inclusive porque as crianças pedem todos os dias. Em outras palavras, a prática pedagógica deixa a desejar, é centrada na valorização da aprendizagem das letras e números, que considerando a idade do público assistido é um “conteúdo” que “não integra” – até porque as mesmas ficam na creche apenas em horário parcial de cinco horas. Portanto, considero que a prática da professora pouco favorece o reconhecimento e a valorização da diversidade de gênero, deficiência motora. Talvez a falta da formação e não permita uma prática pedagógica inclusiva.

Ficou notório que não basta a legislação, mas principalmente um profissional bem preparado e comprometido com a educação de qualidade para fazer a diferença numa sociedade, que traz em suas raízes históricas a intolerância, o racismo, o preconceito, a discriminação social, entre outras.

Confirmando que a diferença apenas poderá acontecer com a formação adequada, que denominamos: “Educação para a competência cidadã”, entendida como “(...) um conjunto de conhecimentos e capacidades de diversas naturezas – recursos – integrados e mobilizados, que possibilitam ao indivíduo ter inteligibilidade de si próprio e dos demais seres humanos, dos vários fenômenos da natureza e da sociedade, e agir em relação aos mesmos” (GODOY, 2014, p. 23).

Para contribuir com a transformação da sociedade que convivem pessoas que respeitem o outro, uma sociedade de direitos, mais igualitária e humana, pois com trabalho duro e contínuo é possível educar para a diversidade e inclusão.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. – Brasília: Liber Livro Editora, 3ª edição, 2008. 68 p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, v. 2, 1998.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: 07 de Janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acessado em 26 de Julho às 22 h: 25 min.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica na sessão: Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica / Secretária de Educação Básica. Brasília. MEC, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12663&Itemid=1152](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12663&Itemid=1152). Acessado em 10 de Maio de 2014 às 21h: 45min.

\_\_\_\_\_. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC-publicacao.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2017 às 13 h: 07 min.

CANDAU, Vera Maria (Org.). Interculturalidade e Educação escolar. In: Reinventar a escola. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 47-60.

\_\_\_\_\_. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Org.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 13- 37.

CARDOSO, Marilene da Silva. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão- uma longa caminhada. In: Educação especial: em direção à educação inclusiva. Orgs. ClausDieterStobaus, Juan José MourinoMosquera,- 2. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. P. 15-26.

\_\_\_\_\_. Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. In: Educação especial: em direção à educação inclusiva. Orgs. ClausDieterStobaus, Juan José Mourino Mosquera,- 2. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. P. 27-36.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

DIAS, Adelaide Alves; PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti. A Pedagogia e a Educação em Direitos Humanos: subsídios para a inserção da temática da Educação em Direitos Humanos nos cursos de Pedagogia. In: Direitos Humanos na Educação Superior: subsídios para a

Educação em Direitos Humanos na Pedagogia. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; DIAS, Adelaide Alves (Orgs.). João Pessoa: Ed. Universitária, 2010. p. 29-68

FIGUEREDO, Rita Vieira de. A Formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. In: O desafio das diferenças na escola. MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). Petrópolis: Vozes, 2008. p. 141-152.

GODOY, Rosa Maria. Educação em Direitos Humanos e Currículo. In: Educação em Direitos Humanos & Educação para os Direitos Humanos. FLORES, Elio Chaves (Org.) *et all*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 77-92.

GUIMARÃES, Daniela de O. Educação Infantil: espaços e experiências. In: O cotidiano na educação infantil. Salto Para o Futuro, novembro 2006. P. 68-77.

MACHADO, Rosângela. Educação inclusiva: revisar e realizar a cultura escolar. In: MANTOAN, Maria Teresa E. (Org.). O desafio das diferenças na escola. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 69-75.

MANTOAN, Maria Teresa E. (Org.). O desafio das diferenças na escola. Petrópolis: Vozes, 2008.

MEKSENAS, Paulo. A pedagogia como ciência. In: Pesquisa social e Ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Layola, 2002. P. 19-29.

MELO, Glória M<sup>a</sup> Leitão de Souza; MOTA, Marinalva da Silva; BRANDÃO, Soraya M<sup>a</sup> Barros de Almeida. Mais respeito, eu sou criança! Um olhar sobre as práticas pedagógicas na educação infantil. In: Ser criança: repensando o lugar da criança na Educação Infantil. MELO, Glória M<sup>a</sup> Leitão de Souza; MOTA, Marinalva da Silva; BRANDÃO, Soraya M<sup>a</sup> Barros de Almeida (orgs.).- Campina Grande: EDUEPB, 2009. P. 17-26.

MELO, Glória M<sup>a</sup> Leitão de Souza. As atividades das crianças na prática pedagógica da educação infantil. In: Ser criança: repensando o lugar da criança na Educação Infantil. MELO, Glória M<sup>a</sup> Leitão de Souza; MOTA, Marinalva da Silva; BRANDÃO, Soraya M<sup>a</sup> Barros de Almeida (orgs.).- Campina Grande: EDUEPB, 2009.p. 127-133.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Planejamento na educação infantil...mais que a atividade: a criança em foco. In: Ostetto, L. E. (Org.). Encontros e Encantamento na Educação Infantil: partilhando experiências de estágios. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido (Coord.). Educação em Direitos Humanos e Formação de Professores(as). São Paulo: Cortez, 2013. (Coleção: Docência em formação – Saberes pedagógicos).

SANTOS, Maria Terezinha da Conceição Teixeira dos. Inclusão Escolar: desafios e perspectivas. In: MANTOAN, Maria Teresa E. (Org.). O desafio das diferenças na escola. Petrópolis: Vozes, 2008.

SERRALVA, Marcelo. Como é bom ser diferente. 2012. YouTubemalamalengaTV. (3:30)Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6JRabhhprks>> Acesso: 21de julho de 2018.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Capturado em 21 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca. 1994. Disponível em: [http://redeinclusao.web.ua.pt/docstation/com\\_docstation/19/fl\\_9.pdf](http://redeinclusao.web.ua.pt/docstation/com_docstation/19/fl_9.pdf). Capturado em 21 de maio de 2018.

VIANNA, Heraldo Marelim. Pesquisa em educação: a observação.- Brasília: Plano Editora, 2003. 180 p.



# APÊNDICES

---

**APÊNDICE A: ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A PROFESSORA**

---

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

---

**Roteiro da entrevista com a professora**

Prezada professora, esta entrevista é parte da Pesquisa de Campo de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), nesse sentido sua colaboração é de fundamental importância para o bom desenvolvimento do mesmo. Esperando contar com a sua prestimosa ajuda, desde já agradeço,  
Josefa Maiara

1. Nome:
2. Idade:
3. Qual sua formação?
4. Há quanto tempo você trabalha na área?
5. Você já ensinou a pessoas com deficiência?
6. Você já ouviu falar sobre a proposta de educação para a diversidade?
7. O que você considera necessário para viabilizar, de forma efetiva, a proposta de educação para a diversidade?
8. Qual sua opinião sobre a inclusão?
9. Como você vera presença de educandos com deficiência na escola regular?
10. Como você se descreve como pessoa e profissional?
11. Descreva uma boa aula.
12. Por que você considera esta uma boa aula?
13. Que aspectos do seu conhecimento e da sua prática contribuíram para esta boa aula?
14. Você conversa com os/as pais/mães dxs seus/suas alunxs?
15. A conversa com os/as pais/mães dxs seus/suas alunxs contribuem para a sua prática?
16. A creche-escola desenvolve projetos pedagógicos?

# ANEXOS

## **ANEXO 1: PLANO CURSO DIVERSIDADE, INCLUSÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO**

<b>UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB</b>
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO</b>
<b>DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS</b>
<b>COMPONENTE CURRRICULAR: Diversidade, Inclusão Social e Educação</b>
<b>SEMESTRE: 2016.2 - CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h/a</b>
<b>PROFESSORA: Cristiane Nepomuceno</b>

### **PLANO DE CURSO**

#### **1. EMENTA**

Direitos Humanos: conceitos, processos históricos e legislações básicas (internacional e nacional). Diretrizes e Políticas Nacionais de Direitos Humanos. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica: questões étnico-raciais (negros/as, quilombolas, indígenas e ciganos), populações do campo, pessoas com deficiência, gênero, sexualidade, religião e outras. Sociedade em rede e a luta pela superação das desigualdades.

#### **2. OBJETIVOS**

- ✓ (Re)conhecer o projeto de educação para a diversidade a fim de instrumentalizar-se e posicionar-se contra qualquer forma de discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de gênero, de sexualidade, de etnia, de raça, anatômicas, intergeracionais ou de outras características individuais e sociais;
- ✓ Conhecer documentos nacionais e internacionais (leis, resoluções, declarações, *conversões* e diretrizes) visando instituir o combate à violação dos direitos e suprimir os desequilíbrios sociais e educacionais;
- ✓ Mostrar os efeitos das relações de dominação e exploração socioeconômica e política como promotoras das desigualdades sociais e individuais para além da diversidade;
- ✓ Refletir sobre o papel das políticas públicas governamentais, as ações não-governamentais (ONGs) e os movimentos sociais com vistas a promoção da equidade e da inclusão social;
- ✓ Apresentar noções básicas acerca das diferenças culturais, de classe social, de crenças, de gênero, de etnia, de raça, anatômicas, intergeracionais ou de outras características individuais e sociais.

#### **3. UNIDADES TEMÁTICAS**

##### **I UNIDADE TEMÁTICA – CONSTRUCTO TEÓRICO E LEGAL**

- ✓ Diversidade, Inclusão Social e Educação: conceito e concepções;
- ✓ Diretrizes Internacionais para um mundo plural (Declaração dos Direitos Humanos, Declaração de Jontien, Declaração de Nova Delhi, Declaração de Salamanca, Convenção

Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Convenção sobre os Direitos das Crianças e outros);

- ✓ Leis, Resoluções e Diretrizes Nacionais que orientam para um mundo plural (Constituição Brasileira de 1988, LDB/96, PCNs, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos;
- ✓ Políticas Públicas contemporâneas na perspectiva de Estado, ONGs e Movimentos sociais;
- ✓ Classe Social;
- ✓ Sociedade em rede e as consequências para o mundo atual.

## II UNIDADE TEMÁTICA – DIVERSIDADE EM DEBATE

- ✓ Etnicidade;
- ✓ Deficiências;
- ✓ Religião;
- ✓ Gênero;
- ✓ Orientação sexual;
- ✓ Socioeconômica
- ✓ e outras.

### 4. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

O curso será realizado a partir de aulas expositivas (dialogadas e participativas), estudos e discussões em grupo e/ou individuais de textos previamente selecionados. Utilizaremos como reforço palestras de convidados, exibição de filmes e documentários, de modo a favorecer à compreensão dos assuntos abordados.

A **avaliação** será realizada de forma contínua tomando como base nos seguintes aspectos: leitura de textos, produção de resumos analíticos, relatórios, apresentações orais individuais e coletivas, seminários e provas, presença em sala de aula, pontualidade na entrega das atividades solicitadas, participação (qualitativa) nas aulas. Composição das notas:

**1ª Nota - Prova Escrita + trabalhos diversos** (apresentação e debate do material trabalhado, produção textual): nota expressa de 0,0 a 10,0.

**2ª Nota - Relato de observação de campo e/ou trabalhos com base em pesquisa/estudos e discussões orientadas em grupo e/ou individuais de textos previamente selecionados + apresentação seminário:** nota expressa de 0,0 a 10,0.

**Prova Final:** a nota composta por uma prova escrita e por uma arguição oral, sendo a nota expressa em números inteiros de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

**Atenção:** a frequência mínima é de 75% da carga horária, o que corresponde a 45 aulas. O aluno/a que faltar a mais de 25% das aulas, ou 15 aulas (o equivalente a 07 encontros semanais) está automaticamente reprovado/a.

## 5. BIBLIOGRAFIA - BASE

AUAD, Daniela. Educar meninos e meninas: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

CANDAU, Vera Maria. Multiplicadores de Direitos Humanos: “ideias-força”. In: Educação: Temas em debate. CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana Beatriz (Orgs.). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. p. 80-85.

\_\_\_\_\_. Nós e outros: desafio para a educação em direitos humanos. In: Educação: Temas em debate. CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana Beatriz (Orgs.). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. p. 86-93.

DIAS, Adelaide Alves; PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti. A Pedagogia e a Educação em Direitos Humanos: subsídios para a inserção da temática da Educação em Direitos Humanos nos cursos de Pedagogia. In: Direitos Humanos na Educação Superior: subsídios para a Educação em Direitos Humanos na Pedagogia. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; DIAS, Adelaide Alves (Orgs.). João Pessoa: Ed. Universitária, 2010. p. 29-68

FIGUEREDO, Rita Vieira de. A Formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. In: O desafio das diferenças na escola. MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). Petrópolis: Vozes, 2008. p. 141-152.

FIGUEREDO, Rita Vieira de. A Formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. In: O desafio das diferenças na escola. MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). Petrópolis: Vozes, 2008. p. 141-152.

LINS, Beatriz Accioly *et all.* Diferentes, não desiguais – A questão de gênero na escola. São Paulo: Ed. Reviravolta, 2016.

PARAÍBA. Diversidade Sociocultural. In: Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental: Matemática, Ciências da Natureza e Diversidade Sociocultural. Governo do Estado da Paraíba. Secretaria de Educação e Cultura. Gerência Executiva da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. João Pessoa: SEC/Grafset, 2010. p. 310-390.

PIMENTA, Selma Garrido *et all.* Formação Inicial de Professores(as) e Educação em Direitos . In: Educação em Direitos Humanos e Formação de Professores(as). São Paulo: Cortez, 2013. (Coleção: Docência em formação – Saberes pedagógicos). p. 57 – 78.

SANTIAGO, Mylene Cristina *et al* (Orgs.). Educação Intercultural: desafios e possibilidades. Petrópolis: Vozes, 2013.

SANTOS, Maria Terezinha da Conceição Teixeira dos. Inclusão Escolar: desafios e perspectivas. In: MANTOAN, Maria Teresa E. (Org.). O desafio das diferenças na escola. Petrópolis: Vozes, 2008.

SCHILLING, Flávia. Educação e Direitos Humanos – Percepções sobre a escola justa. São Paulo: Cortez, 2014.

TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Educação em Direitos Humanos nos sistemas internacional e nacional. In: Educação em Direitos Humanos & Educação para Educação em Direitos Humanos. FLORES, Elio Chaves (Org.) *et all.* João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 35-60.

## 5.1 - DOCUMENTOS

Constituição da República do Brasil. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – 1996. PCNs – Apresentação dos temas transversais e ética (Volume 8). PCNs – Pluralidade cultural/Orientação sexual (Volume 10). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração de Nova Delhi (sobre Educação para Todos); Declaração de Jomtien, Tailândia (Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos); Declaração de Salamanca (Educação Especial); Convenção Internacional do Direitos da Criança; Estatuto do idoso; Estatuto da Criança e do Adolescente e outros.

## 5.2 - BIBLIOGRAFIA - COMPLEMENTAR

ANDRADE, Simone Girandi; BAPTISTA, Cláudio Roberto. A formação de professores no contexto da educação inclusiva: desafios da prática e contribuições da pesquisa. In: *Atualidades e Diversidades na Formação de professores*. AZAMBUJA, Guacira de (Org.). Santa Naria (RS): Editora UFSM, 2007. p. 119-132.

CALASSI, Luciana. A escola como espaço de formação/transformação: estratégias metodológicas Educação para Educação em Direitos Humanos. In: *Educação em Direitos Humanos & Educação para os Direitos Humanos*. FLORES, Elio Chaves (Org.) *et all*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 109-140.

CANDAU, Vera M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Org.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 13- 37.

\_\_\_\_\_. Direitos Humanos, Diversidade Cultural e Educação: a tensão entre a igualdade e a diferença. In: *Direitos Humanos na Educação Superior: subsídios para a Educação em Direitos Humanos na Pedagogia*. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; DIAS, Adelaide Alves (Orgs.). João Pessoa: Ed. Universitária, 2010. p. 205-228.

COSTA, Rosilene S. Santos; DIAS, Adelaide Alves. Discriminação racial: o que a creche tem haver com isso? IN: *Educação e Contemporaneidade – Contextos e singularidades*. ANDRADE, Dídima; LIMA Jr, Arnaud (Orgs.). Curitiba: Ed. CRV, 2015. p. 165-182. Volume 2.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; DIAS, Adelaide Alves (Orgs.). *Direitos Humanos na Educação Superior: subsídios para a Educação em Direitos Humanos na Pedagogia*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2010.

GODOY, Rosa Maria. Educação em Direitos Humanos e Currículo. In: *Educação em Direitos Humanos & Educação para os Direitos Humanos*. FLORES, Elio Chaves (Org.) *et all*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 77-92.

\_\_\_\_\_. Uma reforma curricular em um contexto de muitas mudanças. In: *Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental: Matemática, Ciências da Natureza e Diversidade Sociocultural*. Governo do Estado da Paraíba. Secretaria de Educação e Cultura. Gerência Executiva da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. João Pessoa: SEC/Grafset, 2010. p. 11-39.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Diversidade Étnico Cultural. In: RAMAOS, Marise Nogueira et al. Diversidade na Educação: reflexões e experiências. Brasília: SEMET, 2003. p. 67-78. Disponível na web (endereço vários).

MACHADO, Rosângela. Educação inclusiva: revisar e realizar a cultura escolar. In: MANTOAN, Maria Teresa E. (Org.). O desafio das diferenças na escola. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 69-75.

MARQUES, Luciana Pacheco; SANTIAGO, Mylene Cristina; AKKARI, Abdeljalil. Educação Inclusiva: convergências com a educação intercultural. In: Educação Intercultural: desafios e possibilidades. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 98-117.

PIMENTA, Selma Garrido (Coord.). Educação em Direitos Humanos e Formação de Professores(as). São Paulo: Cortez, 2013. (Coleção: Docência em formação – Saberes pedagógicos).

### 5.3 - BIBLIOGRAFIA - Sugestão para aprofundamento

BARROS, José Márcio (Org.). Diversidade Cultural: Da proteção à promoção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

CANAU, Vera M.; MOREIRA, Antônio Flávio (Orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO Mauro Cezar (Orgs.). Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade. 2. Ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

FÁVERO, Osmar; IRELAND, Timothy Denis.(Orgs.). Educação como Exercício de Diversidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

FLORES, Elio Chaves (Org.) *etall.* Educação em Direitos Humanos & Educação para os Direitos Humanos. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexsandra Borges (Orgs.). Relações Étnico-Raciais e Educação no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA e GONÇALVES, P. B. (Orgs.). O jogo das diferenças – O multiculturalismo e seus contextos.

GUSMÃO, N. M. Os desafios da diversidade na escola. In: GUSMÃO, N. M. M. et al (Orgs.) Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados. São Paulo: Biruta, 2003.

KRONBAUER, Selenir Corrêa Gonçalves; STROHER, Marga Janete. (Orgs.). Educar para a Convivência da Diversidade: Desafio à formação de professores. São Paulo: Paulinas, 2009.

MACEDO, Roberto S. Currículo, diversidade e equidade: luzes para uma educação intercultural. Salvador: EDFBA, 2007.

MACHADO, Cristina Gomes. Multiculturalismo – muito além da riqueza e da diferença. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa E. (Org.). O desafio das diferenças na escola. Petrópolis: Vozes, 2008.

McLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. 3ª ed. S. Paulo: Cortez, 2000. (Col. Perspectiva, v. 3).



- MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- REGIS, Kátia. Relações Étnico-raciais e Currículos Escolares: Análise das Teses e Dissertações em Educação. São Luís: Edufma, 2012.
- PIMENTA, Selam Garrido. (Coord.). Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as). São Paulo: Cortez, 2013.
- SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion T. de (Orgs.). Gênero, diversidade e desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para a formação docente. Recife: Ed. Universitária, 2009.
- SECAD. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/2003. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005.